



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL NORMATIVO Nº 1/2010 – SEAP/PGDF, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2010
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE ANALISTA E TÉCNICO JURÍDICO

107 – DIREITO E LEGISLAÇÃO

(Analista Jurídico)

DATA E HORÁRIO DA PROVA: 26/3/2011 – 14h (Sábado)

INSTRUÇÕES GERAIS


- O candidato receberá do fiscal:
 - um **caderno de questões** das provas objetiva e discursiva, contendo 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas uma alternativa correta, e 4 (quatro) questões discursivas;
 - um **cartão de respostas** óptico personalizado;
 - um **caderno de respostas** da prova discursiva com espaço de resposta (15 linhas) para cada questão discursiva.
- Ao ser autorizado o início da prova, o candidato deverá verificar se a numeração das questões, a paginação do **caderno de questões** das provas objetiva e discursiva, a codificação do **cartão de respostas** óptico e a paginação do **caderno de respostas** da prova discursiva estão corretas.
- Quando autorizado pelo **fiscal do IADES**, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado no cartão de respostas, com sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Haverá rasgões no espaço.

- O candidato dispõe de 5 (cinco) horas para fazer a prova objetiva e a prova discursiva, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo.
- Esse tempo inclui a marcação do **cartão de respostas** óptico da prova objetiva e o preenchimento do **caderno de respostas** da prova discursiva.
- Ao candidato somente será permitido levar o **caderno de questões** da prova objetiva e discursiva após 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos do início da prova.
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, o candidato poderá entregar seu **cartão de respostas** óptico e seu **caderno de respostas** da prova discursiva e retirar-se da sala.
- Após o término da prova, o candidato deve entregar ao fiscal o **cartão de respostas** óptico devidamente **assinado** e o **caderno de respostas** da prova discursiva.
- O candidato deve deixar sobre a carteira apenas o **documento de identidade** e a **caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada com material transparente**.
- Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico de comunicação. O candidato deverá desligar e entrega ao **fiscal do IADES** máquina fotográfica, telefone celular, relógio do tipo *data bank*, gravador, *bip*, receptor, *pager*, *notebook*, *walkman*, aparelho portátil de armazenamento e de reprodução de músicas, vídeos e outros arquivos digitais, agenda eletrônica, *palmtop*, régua de cálculo, máquina de calcular e (ou) qualquer outro equipamento desse tipo.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e apostilas.
- O candidato somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas se sua saída for acompanhada por **fiscal do IADES**.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

INSTRUÇÕES – PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no **cartão de respostas** óptico e no **caderno de respostas** da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, escreva apenas no(s) campo(s) a ser(em) corrigido(s), conforme instruções no **cartão de respostas**.
- Leia atentamente cada questão e assinale no **cartão de respostas** óptico a alternativa que mais adequadamente a responde.
- O **cartão de respostas** óptico e o **caderno de respostas** da prova discursiva **NÃO** podem ser dobrados, amassados, rasurados, manchados ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no **cartão de respostas** óptico é cobrindo, fortemente, com **caneta esferográfica preta ou azul**, o espaço a ela correspondente, conforme modelo a seguir:

Marque as respostas **assim**: 

- Somente serão lidos e corrigidos os **cadernos de respostas** das provas discursivas dos candidatos classificados em conformidade com o Edital Normativo e que tenham preenchido o espaço da(s) resposta(s) com texto(s) manuscritos usando **caneta esferográfica preta ou azul**.

Realização:

LÍNGUA PORTUGUESA (Questões 1 a 10)

Texto I para resolver as questões 1 a 3.

Militares em missão de paz no Haiti retornaram hoje ao Brasil

Um contingente com 77 militares retornou hoje, 3, ao Brasil depois de cumprir 6 meses de missão no Haiti. Eles faziam parte da Missão de Paz da Organização das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah) e foram recepcionados em Brasília.

O comandante da tropa, tenente-coronel Hércules, que também é capelão, disse que um dos momentos em que foi muito solicitado pelos militares para prestar apoio espiritual foi quando o furacão Tomas passou pelo Haiti. Ele disse que o contingente vivia em estado de alerta porque no Haiti há muitos problemas sociais e também havia a possibilidade de um novo terremoto atingir a região, lembrando o terremoto de janeiro de 2010.

O soldado Ricardo Vilela disse que um dos momentos mais importantes da missão foi durante as eleições no Haiti, que ocorreram em novembro passado. “As eleições exigiram mais patrulhamento. Tínhamos que patrulhar os locais de votação”. Ele disse também que os haitianos têm um grande carinho pelos militares brasileiros. “Eles nos veem como amigos, como irmãos”.

Desde 2004, militares brasileiros participam da missão de paz da ONU no Haiti. Mais de 13 mil militares brasileiros já fizeram parte da missão. O contingente é trocado a cada 6 meses.

Agência Brasil
http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2011/03/03/interna_brasil,240921/militares-em-missao-de-paz-no-haiti-retornaram-hoje-ao-brasil.shtml

QUESTÃO 1

A vírgula presente em: “tenente-coronel Hércules, que também é capelão” (linhas 9 e 10), justifica-se pela mesma regra empregada no trecho:

- (A) “Os bons alunos, durante o ano todo, merecem os elogios dos colegas.”
- (B) “Gostava muito das nossas antigas dobras de ouro, e eu levava-lhe quanta podia obter.”
- (C) “Estava tão agastado, e eu não menos, que entendi oferecer um meio de conciliação (...)”.
- (D) “Certamente, Capelão, teremos que fazer mudanças na organização.”
- (E) “(...) por que não seria melhor deputado e melhor marquês do que o Lobo Neves, - eu, que valia mais, muito mais do que ele(...)”

QUESTÃO 2

A conjunção integrante, presente na linha 9, estabelece uma relação entre as orações que liga de tal modo que a segunda exerce a função substantiva de

- (A) complemento do verbo.
- (B) sujeito da oração.
- (C) predicativo do sujeito.
- (D) complemento nominal.
- (E) agente da passiva.

QUESTÃO 3

Com base nas informações do texto, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O texto é formado essencialmente por períodos curtos para facilitar a compreensão do leitor comum.
- (B) Há no texto a predominância de discurso indireto, construído por meio da utilização de orações subordinadas substantivas.
- (C) Tanto o capelão quanto o soldado destacaram, em suas falas, os momentos que consideraram como os mais importantes durante a missão.
- (D) A expressão “estado de alerta”, (linha 13), remete-nos ao medo e a insegurança causados pela ameaça de um novo terremoto.
- (E) Na linha 5, temos o início de um período misto formado tanto por subordinação quanto por coordenação.

Texto II para resolver as questões 4 a 7.

Amizade de toda a vida

Não sei, não recordo quando e onde conheci Dorival Caymmi pela primeira vez e pela primeira vez rimos juntos nossa alegria. Foi, com certeza, na Bahia, antes da partida do clássico ita, levando-nos – ao aprendiz de compositor e ao aprendiz de escritor – para tentar exercer nossos ofícios no Rio. Naquele tempo, quem quisesse um lugar ao sol tinha de começar pelo sacrifício de sair de sua terra, a terra da Bahia, onde éramos livres adolescentes nos mercados e nas praias. Só no Rio havia ambiente e oportunidade.

Na praia de Itapuã, nas malícias do Rio Vermelho, nas ladeiras da cidade antiga cresceu o menino Dorival, filho de Seu Durval, modesto funcionário estadual, bom de violão e no trago. Cresceu assim o moço Caymmi, na pesca, na serenata, na festa de bairro, no samba de roda, nos terreiros de santo, vivendo cada instante de sua cidade e de sua gente, alimentando-se de sua realidade e de seu mistério, preparando-se para ser seu poeta e seu cantor. Livre coração e o desejo de criar. A música popular brasileira não era ainda assunto de gazetas, revistas e festivais. O moço baiano, no entanto, não desejava nem o título de doutor nem o emprego público prometido, queria tão somente compor e cantar. Teve de partir para ganhar a vida difícil.

Sendo seu tema a Bahia, sua vida, seu povo, seu drama, sua luta, seu mistério, sua poesia, seus amores, a morena de Itapuã e as rosas de abril, Iemanjá e o vento do oceano, a jangada e o saveiro, o mundo da Bahia, não há uma frase sua, uma única, de música ou poesia, que seja circunstancial, que derive da moda, de uma influência momentânea.

Para Caymmi a moda não existe. Eu posso dizer, posso testemunhar como ninguém. Juntos andamos um bom bocado de caminho, juntos criamos alguma coisa, juntos começamos a envelhecer. Juntos fizemos teatro, cinema, tratamos o livro e a partitura, tocamos a vida e o amor. Amizade de toda a vida, “meu irmão, meu irmãozinho”.

O escritor Jorge Amado publicou este texto, com o título O poeta e o mar, na coleção Nova História da Música Popular Brasileira (Abril Cultural, 1970) com adaptações.

QUESTÃO 4

Com base no texto, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A mudança de tempo verbal, com que o autor constrói o texto, dá ao leitor a sensação de uma conversa informal, de estar ouvindo o relato do autor.
- (B) Ao escrever um texto que conta parte da vida de Caymmi e de sua convivência com o mesmo, o autor produz um texto do gênero relatar, com características heterogêneas de narração e descrição.
- (C) Caymmi não era levado por modismo, ou seja, não se deixava levar pelo momentaneamente comum.
- (D) O ambiente, que existia no Rio de Janeiro, sugerido pelo texto, produz a imagem de um lugar onde a arte era melhor aceita e compreendida.
- (E) O aposto que encerra o texto enfatiza todo o carinho e a amizade existente entre o escritor e o compositor.

QUESTÃO 5

Assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Na linha 23, a preposição “de” tem valor semântico de conjunção integrante.
- (B) Na linha 23, o vocábulo “para” introduz uma oração reduzida que expressa a finalidade do que se afirma na oração anterior.
- (C) A combinação do verbo com o adjunto adnominal, presentes na expressão “ganhar a vida difícil” (linhas 23 e 24), permite uma dupla interpretação.
- (D) O último parágrafo é iniciado por um adjunto adverbial, pois introduz uma ideia em acordo com o que está sendo dito.
- (E) Há uma relação de sinonímia entre as construções “cresceu **assim** o moço Caymmi” (linha 15) e *cresceu dessa forma o moço Caymmi*.

QUESTÃO 6

Assinale a alternativa na qual a expressão de destaque não mantém o mesmo significado do vocábulo destacado em: “não há uma frase sua, uma única, de música ou poesia, que seja circunstancial, que **derive** da moda, de uma influência momentânea.”.

- (A) “Seu amor em minha alma **deriva** de um sentimento incondicional, maior e mais forte que a própria vida.”
- (B) “Nosso amor está à **deriva** de um sentimento incondicional, perdido e vago em meio às tormentas.”
- (C) “A confusão dos leitores pode ter sido gerada pela falsa impressão de que decapitar **deriva** de captar, que também tem origem latina e vem de *captare*.”
- (D) “Sua formação **deriva** da criação pelo modesto funcionário estadual.”
- (E) “A arte **deriva** da beleza que está nos olhos de cada um.”

QUESTÃO 7

A colocação pronominal no trecho “de seu mistério, preparando-se para ser seu poeta e seu cantor” justifica-se, pois é

- (A) sujeito anteposto ao verbo.
- (B) oração optativa.
- (C) verbo no infinitivo impessoal.
- (D) verbo na forma nominal do gerúndio.
- (E) oração coordenada.

Texto III para resolver as questões 8 a 10.

1 O ano de 1789 marca a primeira vitória na luta pelo reconhecimento dos Direitos Humanos, com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, conquista da Revolução Francesa cujo lema era: *liberdade, igualdade, fraternidade*.

4 O século seguinte pode ser definido como o século da liberdade. Ainda que a história da luta pela liberdade seja contígua à própria história da humanidade, será durante o século XIX que o ideal de liberdade se consolida. Caem, então, os últimos rincões de escravidão. Essa liberdade “física” - traduzida no direito de ir e vir, e permanecer - é a mais primária delas e, porque não dizer, a mais essencial, posto que todas as outras modalidades de liberdade nela se apoiam. Todavia, liberdade tem significados muito mais amplos do que apenas a da locomoção, como liberdade de pensamento, de expressão, de consciência, de crença, de informação, de decisão, de reunião, de associação, enfim, todas essas (e outras tantas) que asseguram a vida condigna da pessoa humana. Porém, para que a pessoa seja, de fato, livre, é necessário, primeiramente, que ela seja liberta da miséria, do analfabetismo, do subemprego, da subalimentação, da submoradia. Assim, a luta pela liberdade continua não apenas para conservar as já conquistadas, mas também para assegurar a verdadeira liberdade a quem ainda não a conquistou.

25 O século passado - o século XX - foi o século da **igualdade**. Desde suas primeiras décadas, houve movimentos pelo reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres, entre brancos e negros. Será no correr do século XX que se formará todo o ideário contra a discriminação baseada em sexo, raça, cor, origem, credo religioso, estado civil, condição social ou orientação sexual. Não se pode tratar de modo diferente pessoas simplesmente por suas características peculiares; ainda que tais características sejam visíveis, não se pode diferenciar indivíduos a partir delas, se não há qualquer critério jurídico que justifique tal diferenciação. Todavia, não se pode olvidar que a verdadeira igualdade consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais. Perpetua-se idêntica injustiça diferenciar indivíduos, por sua cor de pele, como dar tratamento uniforme a pessoas que têm, de fato, motivos para serem tratadas de modo diferenciado (ninguém se sente discriminado pela lei que obriga atendimento preferencial a idosos, grávidas ou portadores de deficiência). Assim como pela **liberdade**, a luta pela manutenção e extensão da verdadeira igualdade é constante.

43 A este século que se inicia cabe levantar a última bandeira da Revolução Francesa: a **fraternidade**. Faz-se preemente que a solidariedade norteie as ações de governantes, empresários e das pessoas em geral. Neste novo século, o foco da proteção dos direitos deve sair do âmbito individual e dirigir-se, definitivamente, ao coletivo. São direitos inerentes à pessoa humana; não considerada em si, mas como coletividade: o direito ao meio ambiente, à segurança, à moradia, ao desenvolvimento. É necessário que tomemos consciência de que nossos direitos apenas nos serão assegurados de fato, quando estes forem também garantidos para todos os demais. Enfim, é o momento de se realizar o bem comum.

CALIL, Léa E. Silingowschi. *Liberdade, igualdade e fraternidade*. Publicado em <http://www.mundodosfilosofos.com.br/lea4.htm>, acesso em 20 de fevereiro de 2011 (com adaptações).

QUESTÃO 8

Assinale a alternativa correta.

- (A) A linha de argumentação do texto se baseia unicamente na alusão histórica a respeito da Declaração dos Direitos Humanos, no século XVIII.
- (B) Na linha 4, o segmento “cujo” remete a “lema” e, por isso, admite a substituição pelo pronome relativo **que** sem que haja alteração semântica ou sintática.
- (C) O termo “contígua” (linha 7) pode ser substituído por **contínua**, uma vez que pertencem ao mesmo campo semântico e lexical.
- (D) Na linha 6, não é necessária a utilização do verbo **ser** no presente do modo subjuntivo – “seja” – razão pela qual a forma verbal pode ser substituída por **fosse**, sem qualquer prejuízo para correção gramatical.
- (E) Na linha 6, o conectivo “ainda que” pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido do texto, pela conjunção **conquanto**, sem que sejam necessárias quaisquer outras alterações.

QUESTÃO 9

Assinale a alternativa correta.

- (A) No penúltimo período do texto, há uma oração subordinada objetiva direta e outra subordinada adverbial final.
- (B) A conjunção adversativa “todavia” (linha 12) poderia ser substituída por **portanto** sem que houvesse prejuízo significativo para o sentido do texto.
- (C) Nas linhas 49 e 50, o emprego do sinal indicativo de crase em “à pessoa humana” justifica-se pela regência do adjetivo “inerentes” e pela presença de artigo definido singular feminino. No entanto, pluralizando o termo “pessoa”, não haveria crase.
- (D) No que concerne à estrutura e à formação das palavras, os vocábulos “primeiramente” (linha 18), “igualmente” (linha 35) e “preemente” (linha 46) são cognatos.
- (E) A cadeia coesiva iniciada pelo vocábulo “como” (linha 14) apresenta uma enumeração cujos núcleos pertencem a uma mesma classe gramatical: adjetivos.

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa correta.

- (A) O uso da forma verbal “perpetua-se” (linha 36), no singular, atende às normas de concordância com o termo “idêntica injustiça” (linhas 36 e 37) e seriam preservadas a coerência e a correção gramatical do texto se fossem usados os termos no plural **idênticas injustiças e perpetuam-se**.
- (B) Manter-se-iam a mesma correção gramatical e a mesma coerência ao reescrever “como dar tratamento uniforme a pessoas que têm, de fato, motivos para serem tratadas de modo diferenciado” (linhas 37 a 39) da seguinte forma: **como dar tratamento uniforme às pessoas que tem, de fato, motivos para serem tratadas de modo diferenciado**.
- (C) O último período do terceiro parágrafo apresenta como argumentação a oposição de ideias.
- (D) A função sintática da palavra “se” (linha 32) é indeterminar o sujeito da oração.
- (E) O uso da preposição “de” (linha 52) não é obrigatório para a relação estabelecida com o substantivo abstrato “consciência” (linha 52).

ATUALIDADES (Questões 11 a 14)

QUESTÃO 11

A vaga é do partido ou da coligação?

O imbróglio está no ar: a vaga de um candidato eleito pertence ao partido. Portanto, se ele renunciar ao mandato ou for cassado, por abandono da legenda a que pertence, sua vaga deverá ser preenchida pelo primeiro suplente de seu partido. Se este primeiro suplente for apenas o quinto suplente de uma coligação integrada por, digamos, cinco siglas, continuará ele a ter direito à vaga. Esse entendimento do STF, tomado em dezembro em resposta a um mandado de segurança impetrado pelo PMDB, está causando alvoroço na frente política em decorrência da alteração nas planilhas partidárias, neste momento em que mais de 40 parlamentares foram convocados para compor o secretariado dos Estados. Apesar de abrigar, à primeira vista, sólida fundamentação, eis que candidato não tem vida política fora de uma sigla e nenhuma candidatura se torna viável sem desfraldar a bandeira partidária, a decisão do Supremo ganha questionamentos bastante consistentes em sentido contrário. Ou seja, os fundamentos em favor da tese de que a vaga deve ser ocupada pelo primeiro suplente da coligação, e não do partido, são vigorosos e merecem consideração.

TORQUATO, Gaudêncio. O Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110116/not_imp666852,0.php.

Assinale a alternativa correta em relação ao tema.

- (A) No sistema eleitoral brasileiro, as vagas são determinadas a partir do quociente eleitoral, que resulta do número de votos válidos pelo número de vagas a preencher.
- (B) A coligação partidária só é permitida entre dois partidos de mesma linha ideológica e necessita ser validada pelo Tribunal Regional Eleitoral.
- (C) O sistema eleitoral brasileiro é caracterizado pelo voto distrital, em que o mais votado na sua coligação partidária está eleito.
- (D) No sistema eleitoral brasileiro, o quociente eleitoral é considerado no caso de eleição para representantes em todas as casas legislativas – no âmbito municipal, estadual e federal.
- (E) Para a definição das vagas a serem preenchidas na casa legislativa, primeiro calcula-se o quociente partidário e, em seguida, o quociente eleitoral.

QUESTÃO 12

Longe do ideal

A aceleração recente na aplicação de recursos não muda o fato de que os investimentos ficaram abaixo do nível necessário por anos a fio.

GODOY, Paulo. Longe do Ideal. *Revista Carta Capital*, nº 627, ano 16, p. 84, 22 de dezembro de 2010.

Assinale a alternativa correta a respeito da situação de infraestrutura existente hoje no país.

- (A) O sistema portuário brasileiro, segundo recente estudo realizado pelo Banco Mundial, está entre os 10 melhores do mundo.
- (B) A malha ferroviária hoje existente cobre toda a extensão do território nacional e tem maior densidade nos estados do Amazonas e Pará.
- (C) Com a inauguração da usina de Monte Belo prevista para o final deste ano, o Brasil garante autonomia no fornecimento de energia elétrica para os próximos cinco anos.
- (D) Com baixo índice de poupança, o Brasil precisa expandir as fontes de financiamento de longo prazo, visando ao suporte dos investimentos previstos para infraestrutura.
- (E) O sistema de licenciamento ambiental hoje instalado permite a emissão de licenças ambientais em curto prazo de tempo, desde que atendidas todas as exigências documentais por parte das empresas responsáveis pelos empreendimentos.

QUESTÃO 13

Lobo-guará sobrevive a atropelamento graças a tratamento com células-tronco

A fêmea chegou ao zoológico de Brasília em estado pré-coma. E, no mesmo dia da operação, já conseguiu ficar em pé.

TV GLOBO. *Jornal Nacional*, edição do dia 10 de janeiro de 2011.

Assinale a alternativa correta a respeito do lobo-guará.

- (A) O lobo-guará é originário da região do cerrado brasileiro, e pode ser encontrado apenas nos estados de Goiás, Tocantins e no Distrito Federal.
- (B) O lobo-guará é animal extremamente agressivo e feroz e vive, como é natural na família de lobos, em matilhas.
- (C) Redução do seu *habitat*, derrubada de matas, caça, atropelamentos e doenças transmitidas por cães domésticos são motivos que contribuem para a extinção do lobo-guará.
- (D) O lobo-guará, após ter sido escolhido como animal-símbolo da capital federal, foi também considerado Patrimônio Histórico e Ecológico da Humanidade pela Organização das Nações Unidas.
- (E) Com *status* de espécie em extinção outorgado pelo IBAMA, o lobo-guará deve ser retirado do ambiente silvestre e criado exclusivamente em zoológicos para melhor proteção e cuidado.

QUESTÃO 14

População do DF cresceu 20,4% em dez anos, segundo IBGE

Em dez anos o Distrito Federal ganhou mais 418 mil habitantes. Um crescimento de 20,4% na população em relação ao censo 2000 que contabilizou 2.051 milhões de pessoas residentes no DF. De acordo com a assessoria do IBGE, o Distrito Federal é um local peculiar e diferente por ser uma unidade da federação dividida em regiões administrativas e não em municípios, como nos demais estados. Os dados apresentados nesta quinta desconsideram essa divisão, somando a Brasília toda a população residente nas demais regiões do DF.

HARADA, Mônica. Correio Braziliense. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/11/04/interna_cidadesdf,221726/index.shtml (com adaptações).

Julgue os itens a seguir acerca das características da população e da ocupação territorial do Distrito Federal.

- I - As Regiões Administrativas de Ceilândia, Taguatinga e Samambaia possuem forte característica rural e estão entre as de maior densidade populacional no Distrito Federal.
- II - O fato da propriedade do solo estar concentrada, na sua maior parte, em poder de grandes latifundiários e empresários do setor imobiliário, foi determinante sobre a maneira como se processou a ocupação do território no Distrito Federal.
- III - Vários núcleos urbanos foram criados ao longo do tempo, antes da plena ocupação dos espaços já urbanizados e dotados de infraestrutura, como se pode verificar até mesmo no Plano Piloto.
- IV - A proliferação esparsa dos núcleos urbanos e os grandes vazios inter e intraurbanos resultantes são exemplos característicos do tipo de urbanização efetivada no Distrito Federal.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 0. (B) 1. (C) 2. (D) 3. (E) 4.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO (Questões 15 a 20)

QUESTÃO 15

Sabe-se que os poderes administrativos são instrumentos que permitem à Administração cumprir suas finalidades. Segundo o Prof. José dos Santos Carvalho Filho, podemos conceituá-los como “o conjunto de prerrogativas de direito público que a ordem jurídica confere aos agentes administrativos para o fim de permitir que o Estado alcance seus fins”. Sobre os poderes administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) No poder discricionário, a Administração dispõe de uma razoável liberdade de atuação, podendo valorar a oportunidade e conveniência da prática do ato, estabelecendo o motivo e escolhendo, dentro dos limites, seu conteúdo. O ato discricionário ilegal poderá ser anulado pela própria Administração ou até mesmo no âmbito do Poder Judiciário. Segundo a maioria da doutrina, o Poder Judiciário poderá reapreciar o mérito administrativo do ato, exigindo-se, para tanto, fundamentação da decisão judicial.
- (B) O poder de polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado. Recente decisão do STF estabelece que o exercício do Poder de Polícia não poderá sofrer qualquer espécie de controle por parte do Judiciário. A decisão do pretório excelso foi fundamentada no sentido de que o referido controle pelo judiciário causaria um descrédito da Administração junto aos seus administrados.
- (C) Segundo a doutrina tradicional, o poder hierárquico é aquele em que o agente fica inteiramente restrito ao enunciado da lei, que, de resto, estabelece o único comportamento a ser adotado em situações concretas, não deixando nenhuma margem de liberdade para uma apreciação subjetiva pelo administrador.
- (D) É correto afirmar que os institutos de delegação e o de avocação decorrem do chamado poder hierárquico. Outro fruto deste poder é a possibilidade de a Administração emanar atos, disciplinando a atuação e o funcionamento de órgãos inferiores.
- (E) Não poderá ser atribuída a característica da auto-executoriedade ao poder de polícia da Administração Pública.

QUESTÃO 16

Prescreve o *caput* do artigo 37 da Constituição Federal que a Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A respeito dos princípios da Administração Pública, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O princípio da legalidade significa estar a Administração Pública, em toda a sua atividade, adstrita aos mandamentos da lei, deles não podendo se afastar, sob pena de invalidade do ato. Assim, se a lei nada dispuser, não poderá a Administração agir, salvo em situações excepcionais. Ainda que se trate de ato discricionário, há de se observar o referido princípio.
- (B) Segundo a doutrina majoritária e decisão hodierna do STF, o rol de princípios previstos no artigo 37, *caput*, do texto constitucional é taxativo, ou seja, a Administração Pública, em razão da legalidade e taxatividade não poderá nortear-se por outros princípios que não os previamente estabelecidos no referido dispositivo.
- (C) A Constituição Federal de 1988 no artigo 37, § 1º, dispõe sobre a forma de como deve ser feita a publicidade dos atos estatais estabelecendo que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- (D) O princípio da eficiência foi inserido positivamente na Constituição Federal via emenda constitucional.
- (E) O STF reiteradamente tem proclamado o dever de submissão da Administração Pública ao princípio da moralidade. Como exemplo, cita-se o julgado em que o Pretório Excelso entendeu pela vedação ao nepotismo na Administração, não se exigindo edição de lei formal a esse respeito, por decorrer diretamente de princípios constitucionais estabelecidos, sobretudo o da moralidade da Administração.

QUESTÃO 17

O Distrito Federal é um ente político *sui generis*, visto desfrutar de competências administrativas próprias de Estados-Membros, bem como de Municípios, dentre elas a de normatizar o seu processo administrativo. Além disso, a União tem deveres constitucionais no Distrito Federal que, em qualquer Estado-Membro, seriam encargo dos cofres estaduais, como a organização e a manutenção da polícia civil e militar. Ocorre que, em face das competências administrativas próprias, a União legisla, não só para o Distrito Federal, mas como para todos os demais Entes políticos acerca de algumas matérias, dentre elas, as normas gerais de licitações e contratos administrativos. Nesse cenário, a União, a fim de disciplinar essas normas gerais editou a Lei nº 8666, de 1993. E o Distrito Federal, no exercício de sua competência legislativa, editou a Lei Distrital nº 2834, de 2001, a qual, para a regulação de seu processo administrativo próprio, recepcionou a Lei Federal nº 9784, de 1999. Assim, quer em se tratando de licitações e contratos administrativos, quer versando sobre processo administrativo, o efeito prático é que, a despeito das competências distintas para a normatização dessas matérias, o Distrito Federal observa aquelas leis editadas pela União. Assinale a alternativa correta em relação às Leis nº 8666, de 1993, e 9784, de 1999, esta recepcionada no Distrito Federal pela Lei Distrital nº 2834, de 2011.

- (A) A legislação licitatória prevê, expressamente, que, a fim de visar ao desenvolvimento nacional, pode um produto manufaturado ou mesmo um serviço nacional ser declarado vencedor de um certame, ainda que sejam eles, na soma, de preço superior até 25 % em relação aos mesmos estrangeiros, desde que atendam a normas técnicas brasileiras.
- (B) É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o quarto grau.
- (C) São modalidades licitatórias previstas na Lei nº 8.666, de 1993, a concorrência, a tomada de preços, o convite, o leilão, o concurso e o pregão.
- (D) O direito da Administração de anular quaisquer atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados.
- (E) Por disposição legal expressa, é obrigatória a utilização do instrumento de contrato em quaisquer ajustes da Administração decorrentes de procedimentos licitatórios.

QUESTÃO 18

Na organização do Estado brasileiro, a Administração Pública exerce um papel de extrema importância que é o da gestão dos interesses públicos. Para a consecução desse desiderato, são-lhes atribuídos deveres e prerrogativas, os quais são normatizados pelo ordenamento jurídico. Ademais, a função administrativa do Estado deve ser harmonizada com as demais, o que contribui para um cenário de controle. A respeito desse cenário da organização estatal nacional, em especial da função administrativa, assinale a alternativa correta.

- (A) Assume relevo a função administrativa na medida em que é considerada uma atividade estatal residual, ou seja, assume as competências que não forem definidas como normativa e jurisdicional. Esse efeito faz com que o espectro de competências do administrador público seja vastíssimo.
- (B) Na sua estrutura administrativa, o Poder Executivo conta com a Advocacia Pública, a qual se submete às determinações governamentais, não tendo, funcionalmente, segundo a doutrina, autonomia própria no que diz respeito às suas manifestações, em relação àquele Poder.
- (C) O princípio da especialização informa que as competências atribuídas a cada função estatal sejam exclusivamente exercidas, a fim de que o controle possa ser independentemente exercido.
- (D) O Estado Democrático de Direito brasileiro, na sua linha evolutiva que vem apresentando pós-Constituição de 1988, retira, da legalidade, o seu fundamento central de legitimação.
- (E) Em relação ao elemento político integrativo, as atividades de governo e de Administração confundem-se, porém, ambas, estão submetidas aos regramentos do ordenamento jurídico vigente.

QUESTÃO 19

A respeito da Administração Direta e Indireta, assinale a alternativa correta.

- (A) Ocorre a chamada centralização administrativa quando o Estado executa suas tarefas diretamente, por meio de órgãos e agentes integrantes da Administração Direita. Ocorre a chamada desconcentração administrativa quando o Estado (União, DF, Estados e Municípios) desempenha algumas de suas funções por meio de outras pessoas jurídicas. Assim, pressupõe duas pessoas jurídicas distintas: o Estado e a entidade que executará o serviço, por ter recebido do Estado essa atribuição.
- (B) Segundo a Constituição Federal de 1988, as empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão, excepcionalmente, gozar de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado.
- (C) A emenda constitucional nº 19/1998 estabeleceu ser prescindível a autorização por lei específica para instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação. Tal exigência todavia deverá ser cumprida no caso de criação de uma autarquia.
- (D) As autarquias gozam de imunidade tributária a qual veda a instituição de impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços das mesmas, desde que vinculados às suas finalidades essenciais ou às que delas decorram. Também gozam da prescrição quinquenal de suas dívidas. Quanto à sua responsabilidade civil, as autarquias responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável no caso de dolo. No caso de culpa, não caberá direito de regresso contra seu servidor.
- (E) Algumas diferenças entre as sociedades de economia mista e empresas públicas poderão ser traçadas: o capital das sociedades de economia mista é, necessariamente, composto de recursos públicos e privados, enquanto o capital da empresa pública é exclusivamente público. As sociedades de economia mista devem ter a forma de Sociedade Anônima (S/A), já as empresas públicas podem revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito. Também existe diferença quanto ao órgão competente para julgar os feitos em que sejam interessadas, nos feitos em que as empresas públicas sejam parte, na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes (salvo exceções constitucionalmente previstas) são processadas e julgadas perante a Justiça Federal. As sociedades de economia mistas federais não foram contempladas com o foro processual da Justiça Federal.

QUESTÃO 20

Dentre as atribuições denominadas extroversas da Administração Pública, ou seja, aquelas em que o Estado-Administração visa à satisfação da coletividade (e não tão somente suas atividades próprias de funcionamento, estas conhecidas como introversas), destaca-se a prestação de serviços públicos que podem ser oferecidos direta ou indiretamente. Quando prestados diretamente, o próprio organismo administrativo estrutura-se para cumprir tal desiderato; por outro lado, quando disposto indiretamente, é o exercício dessa atividade delegado a particulares. Assinale a alternativa correta em relação aos serviços públicos.

- (A) O regime dos serviços públicos corresponde ao atribuído ao titular de seu exercício. Ou seja, se oferecido pelo próprio Estado, diretamente, submete-se ao regime de Direito Público; já, se é prestado do modo indireto, quando a população é atendida pela iniciativa privada, seu regime é o do Direito Privado, em face da vedação constitucional de interferência estatal no domínio econômico.
- (B) No Direito Administrativo brasileiro, os serviços públicos submetem-se ao princípio da legalidade estrita. Dessa maneira, todos os serviços públicos são autorizados e têm competências para seu exercício previamente definidas em lei específica.
- (C) A cláusula de progresso, existente na prestação dos serviços públicos, obrigatória não só na modalidade direta, mas, também, na indireta, consiste no dever permanente de o Estado velar pela atualização das técnicas para o oferecimento dos mesmos.
- (D) Em obediência ao equilíbrio econômico-financeiro, deve o valor da tarifa custear integralmente os serviços públicos delegados, devendo ser reequilibrados na ocorrência de fatores que o desestabilizem, sob pena de enriquecimento ilícito.
- (E) Denomina-se caducidade o desfazimento de contrato vigente de delegação de serviço público por iniciativa discricionária da Administração. Nesse caso, a fim de evitar o enriquecimento ilícito do Estado, o particular deverá ser indenizado pela imobilização já promovida, bem como pelo que razoavelmente iria auferir até o final da vigência contratual.

LEGISLAÇÃO APLICADA AOS SERVIDORES DA PGDF (Questões 21 a 26)

QUESTÃO 21

Por disposição da Constituição Federal de 1988, o Distrito Federal rege-se por lei orgânica distrital, votada em dois turnos com interstício mínimo de 10 dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição. A esse efeito necessário denominamos de simetria. No que se refere à Lei Orgânica, em relação à organização do Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A criação ou extinção de regiões administrativas ocorrerá mediante Emenda à Lei Orgânica Distrital.
- (B) Compete privativamente à União, no território do Distrito Federal, registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território.
- (C) O Distrito Federal é uma Unidade da Federação laica. Em face disso, é vedado estabelecer quaisquer relações ou colaborações com igrejas ou cultos religiosos.
- (D) Tanto a alienação como a compra de imóvel pelo Distrito Federal dependerão de prévia avaliação e autorização da Câmara Legislativa, subordinada à comprovação da existência de interesse público e à observância da legislação pertinente à licitação.
- (E) Existindo lei federal sobre normas gerais, o Distrito Federal exercerá competência legislativa plena, para atender suas peculiaridades.

QUESTÃO 22

No que diz respeito aos preceitos contidos na aludida Lei Orgânica, em relação à Administração Pública do Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, é vedada a abertura de novo concurso para cargo ou emprego público.
- (B) Todo agente público, qualquer que seja sua categoria ou a natureza do cargo, emprego ou função estão obrigados, anualmente, a fazer declaração pública de seus bens.
- (C) Todos os poderes do Distrito Federal devem publicar, trimestralmente, no Diário Oficial, demonstrativo de despesas com publicidade e propaganda, devendo ser suspensa, a qualquer título, sua veiculação no período de 90 dias que antecedem as eleições.
- (D) Privilegiando o princípio da administração pública profissional, é prevista expressamente na referida Lei Orgânica que a direção superior das entidades da Administração Indireta terá representantes dos servidores e, ainda, que sejam escolhidos do quadro funcional próprio.
- (E) O prazo máximo para que a Administração Pública do Distrito Federal providencie a emissão de quaisquer certidões solicitadas pelos cidadãos é de 10 dias, excetuados os casos de comprovada impossibilidade e dos assuntos que a lei, no interesse da administração, impuser sigilo.

QUESTÃO 23

A Advocacia Pública é considerada Função Essencial à Justiça. Nesse mister, a Constituição Federal normatiza que os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas. A propósito, o Supremo Tribunal Federal, recentemente, por ocasião do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4261, julgou inconstitucional norma do Estado de Rondônia que autoriza a ocupante de cargo em comissão o desempenho das atribuições de assessoramento jurídico, no âmbito do Poder Executivo. Acerca da Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF, com base na Constituição Federal e na Lei Orgânica distrital, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete exclusivamente à Procuradoria-Geral do Distrito Federal representar judicial e extrajudicialmente o Distrito Federal em relação aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, aí incluídos seus órgãos e entidades vinculados.
- (B) É assegurada aos membros da Procuradoria-Geral do Distrito Federal vitaliciedade após 2 anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.
- (C) O ingresso na carreira de Procurador dos Estados e do Distrito Federal dependerá de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases.
- (D) Os servidores de apoio às atividades jurídicas serão organizados em cargos isolados, com quadro próprio e funções específicas.
- (E) A Procuradoria-Geral do Distrito Federal também tem a função institucional de representar judicial e extrajudicialmente o Tribunal de Contas do Distrito Federal.

QUESTÃO 24

Em relação aos servidores públicos do Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos na lei complementar distrital.
- (B) É assegurada a participação de servidores públicos na gerência de fundos e entidades para os quais contribui, na forma da lei.
- (C) A lei assegurará aos servidores da administração direta isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, sem ressalvas às vantagens de caráter individual.
- (D) Às entidades representativas dos servidores públicos do Distrito Federal somente cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas, observado o disposto no art. 8º da Constituição Federal.
- (E) O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

QUESTÃO 25

Assinale a alternativa que **não** representa função institucional da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, no âmbito de Poder Executivo.

- (A) Representar o Distrito Federal judicial e extrajudicialmente.
- (B) Promover a defesa da Administração Pública, requerendo a qualquer órgão, entidade ou tribunal as medidas de interesse da Justiça, da Administração e do Erário.
- (C) Promover a uniformização da jurisprudência administrativa e a compilação da legislação do Distrito Federal.
- (D) Exercer a função de polícia judiciária, nos termos da Lei Orgânica do Distrito Federal.
- (E) Representar a Fazenda Pública perante os Tribunais de Contas da União e do Distrito Federal, e as Juntas de Recursos Fiscais.

QUESTÃO 26

Compete ao Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Distrito Federal

- (A) baixar normas sobre matéria jurídica de sua competência, propor e elaborar minutas e anteprojeto de normas de interesse da Procuradoria-Geral e do Distrito Federal.
- (B) indicar nomes para o preenchimento de cargos de direção e assessoramento superior ou funções comissionadas.
- (C) promover a participação da Procuradoria-Geral do Distrito Federal na constituição das Comissões de Organização e Exame para ingresso no Quadro de Procuradores do Distrito Federal ou de advogados e de funções congêneres da Tabela de Empregos da Administração Indireta ou dos órgãos do Sistema Jurídico do Distrito Federal.
- (D) indicar Procurador ou Bacharel em Direito para o preenchimento de cargo de direção dos órgãos jurídicos das entidades da Administração Indireta, e também os advogados a serem contratados.
- (E) julgar os processos de avaliação periódica de desempenho de integrante estável da carreira de Procurador do Distrito Federal e deliberar sobre a respectiva exoneração.

QUESTÃO 27

Há uma série de conceitos estruturantes para o regime jurídico dos direitos e das garantias fundamentais que foram estruturados nos últimos anos. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa que **não** corresponde ao atual pensamento jurisprudencial.

- (A) Os direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, embora assegurados no *caput* do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 apenas aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, interpretados teleologicamente, são direitos de todos os brasileiros e estrangeiros, residentes ou não.
- (B) A ratificação de tratado internacional, desde que não seja efetuada da forma pela qual a Constituição lhes dá status equivalente à emenda constitucional, insere, em nosso sistema jurídico, normas infraconstitucionais, salvo se de natureza tributária.
- (C) A colisão de direitos e garantias fundamentais não pode ser solucionada pelos critérios abstratos e clássicos do conflito de normas, ou seja, pelos critérios hierárquico, temporal ou da especialidade. Somente de maneira condicionada, caso a caso, podem ser descobertas hipóteses de prevalência de um ou de outro direito em colisão.
- (D) As restrições normativas infraconstitucionais aos direitos e as garantias fundamentais, mesmo que autorizadas expressamente pelo próprio texto constitucional, não podem afetar o núcleo essencial desses direitos e garantias.
- (E) Os direitos fundamentais foram projetados para serem limites de atuação do Estado, não irradiando, portanto, seus efeitos sobre as relações jurídico-privadas.

QUESTÃO 28

O regime jurídico dos direitos e das garantias fundamentais vigente em nosso país em decorrência de dispositivos normativos e do atual pensamento jurisprudencial **não** é compatível com qual das alternativas a seguir?

- (A) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em 2 turnos, por 3/5 dos votos, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- (B) A busca domiciliar, a interceptação telefônica e a prisão podem ser decretadas pelas Comissões Parlamentares de Inquérito visto que, por determinação constitucional, essas Comissões possuem os mesmos poderes de investigação das autoridades judiciais.
- (C) A quebra do sigilo de dados fiscais e bancários, se necessária para uma investigação judicial ou parlamentar, pode ser decretada por uma autoridade judicial ou por uma Comissão Parlamentar de Inquérito.
- (D) A restrição de um direito fundamental pode se dar em três situações: a própria Constituição apresenta uma restrição abstrata; a Constituição autoriza que a lei estabeleça uma restrição abstrata; a colisão de um direito fundamental com outro direito fundamental, no mundo fático, implicando uma restrição concreta.
- (E) A técnica de análise e de solução judicial conhecida como princípio da proporcionalidade exige três juízos: juízo da adequação, juízo da necessidade e juízo da proporcionalidade em sentido estrito.

QUESTÃO 29

O Direito Constitucional no Brasil, pós-Constituição de 1988, passou a preocupar-se com o aperfeiçoamento dos direitos e das garantias fundamentais. Com base na Constituição Federal vigente, assinale a alternativa correta.

- (A) Os direitos e as garantias fundamentais chegaram a tal nível de abrangência na previsão constitucional que, de sua interpretação, é possível afirmar que não mais somente frente ao Estado, mas, agora também, nas relações privadas, podem os cidadãos fazer valer suas garantias a fim de concretizar seus direitos fundamentais.
- (B) É vedada qualquer legitimação de provas obtidas por meios ilícitos em processos administrativos ou judiciais.
- (C) Como importante mecanismo de garantia dos direitos sociais, os sindicatos brasileiros gozam de plena autonomia quanto à sua organização, sendo vedado o exercício de atividade estatal em seu funcionamento que vise a normatizar restrições à sua atuação, dentre outras, limites para o valor de suas contribuições exigíveis de seus associados, necessidade de registro próprio que não os exigidos para qualquer associação e a delimitação de sua base territorial.
- (D) O cidadão brasileiro perderá sua nacionalidade se adquirir uma outra, salvo a hipótese constitucionalmente prevista da segunda nacionalidade, voluntariamente requerida, quando for reconhecida pela lei estrangeira. São os casos em que um indivíduo nasce no Brasil, de pais estrangeiros que não estejam a serviço de seu País, e, no caso, este país estrangeiro adote o sistema de *ius sanguinis*.
- (E) São cassados os direitos políticos em decorrência do cancelamento da naturalização brasileira concedida a estrangeiro, desde que decorrente de sentença transitada em julgado.

QUESTÃO 30

Quanto à competência legislativa concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a doutrina diferencia três espécies de atuação normativa: a plena, a complementar e a supletiva. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

- (A) Nas matérias de competência legislativa concorrente, a União, ao legislar, pode apresentar comandos gerais válidos para todos e comandos específicos válidos apenas para os órgãos públicos federais e estaduais.
- (B) A Constituição brasileira aceita, em algumas matérias, que os Estados legislem concorrentemente à União, e que a lei estadual assuma a função complementar ou, em casos mais restritos, a função supletiva para todo o território nacional.
- (C) A Constituição brasileira aceita que os Municípios complementem a legislação federal e a estadual, desde que a lei municipal assuma a função legislativa suplementar.
- (D) As matérias elencadas como de competência legislativa privativa da União, diante da inatividade desse ente federativo, podem ser reguladas livremente por leis estaduais para as suas respectivas circunscrições.
- (E) A revogação de lei federal superveniente que tenha suspenso a eficácia de lei estadual, em matéria de competência legislativa concorrente, não implica em nenhuma hipótese a retomada da eficácia da lei estadual.

QUESTÃO 31

Admitida a acusação contra o Presidente da República, por 2/3 da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento, nos crimes de responsabilidade perante

- (A) o Supremo Tribunal Federal.
- (B) o Congresso Nacional.
- (C) o Senado Federal.
- (D) O Presidente da República na vigência de seu mandato não poderá ser julgado.
- (E) a Câmara dos Deputados, pelos representantes do povo que o elegeram.

QUESTÃO 32

No arranjo da estrutura do Estado Brasileiro, a Constituição Federal vigente conferiu um papel ao Poder Judiciário até então não experimentado quanto à amplitude de suas competências. Os direitos e as garantias fundamentais, notadamente ampliados, bem como o controle sobre o Estado, através da provocação de agentes públicos investidos nas funções próprias e da possibilidade de maior sindicabilidade dos atos e contratos administrativos por iniciativa dos cidadãos, certamente, deram novos contornos às competências jurisdicionais. Agregue-se, a isso, o destaque constitucional conferido às Funções Essenciais à Justiça. Acerca desse cenário, assinale a alternativa correta em relação à Constituição Federal vigente.

- (A) O acesso ao Judiciário é amplo, todavia, é legítima a cobrança de taxa judiciária, desde que, instituída por lei, preveja que a forma de cobrança seja de um percentual fixo em relação a cada valor do pedido estipulado no pedido inicial. Dessa maneira, um exemplo de possibilidade jurídica, sem afetar a razoabilidade, seria instituir um percentual de 2% a título de taxa judiciária sobre o valor pedido. Assim, também a proporcionalidade, tanto sobre os pequenos valores pedidos quanto aos vultosos, está regularmente resguardada.
- (B) Entende o Supremo Tribunal Federal que não fere os direitos e as garantias fundamentais, nos processos de aprovação de aposentadorias e pensões pelo Tribunal de Contas da União, a não observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, em face das prerrogativas constitucionais conferidas àquela Corte de Contas no exercício de funções do controle externo.
- (C) Na análise dos pedidos de extradição, não está autorizado o Supremo Tribunal Federal adentrar em questões internas dos países requerentes, senão analisar a situação de quem está sob risco de extradição em relação a Tratado/Convenção Internacional entre os Países signatários.
- (D) Na observância da necessária harmonização entre os poderes, o Supremo Tribunal Federal entende pela insindicabilidade judicial das razões de relevância e urgência para edição de Medida Provisória pelo Poder Executivo, visto que aqueles adjetivos constitucionais, na verdade, dirigem à ideia de conveniência e oportunidade, de competência exclusivamente política.
- (E) O Advogado Público, como Função Essencial à Justiça, tem reconhecimento do Supremo Tribunal Federal acerca de sua independência funcional, relativamente ao exercício da representação judicial ou extrajudicial do ente político a que está vinculado.

QUESTÃO 33

O Direito Administrativo, como qualquer ramo do Direito, relaciona-se com os demais, haja vista a unicidade da Ciência Jurídica, sob seu caráter científico. Todavia, em face da particularidade de seu objeto, qual seja, a operacionalização das atividades da Administração Pública, sofre limitações em relação à principiologia notadamente dos ramos do Direito Privado. Ademais, sofre o influxo de princípios próprios a fim de melhor atender o interesse público; porém, com a necessária observância dos direitos fundamentais dos cidadãos, objeto este de índole constitucional. Considerado o cenário em relação aos ajustes da Administração, assinale a alternativa correta.

- (A) Na tipologia dos contratos, é possível inferir que nem todos são enquadrados como contratos administrativos. Ou seja, são considerados contratos administrativos somente aqueles em que haja necessidade de resguardo do interesse público de forma mais rigorosa. A propósito, não é a figura da Administração Pública direta ou indireta que define se um contrato será do tipo administrativo ou não, isso porque basta a participação de um ente delegado visando ao interesse público para também poder ser caracterizado como um contrato administrativo.
- (B) Na busca do interesse público, é possível sustentar que os contratos administrativos gozam de muitas características que os diferenciam em relação aos demais. A respeito das alterações em relação ao contrato original, podem ser elas unilaterais ou bilaterais. Ocorre que, dentre as características dos contratos administrativos, está a sua instabilidade, que pode se traduzir, discricionariamente, em face de mudanças circunstanciais, na alteração unilateral do contrato. Assim sendo, em havendo alterações unilaterais do contrato administrativo, por parte da Administração, em qualquer caso, deverá ser reajustado o equilíbrio econômico-financeiro inicial, o que não ocorre no caso de alterações realizadas bilateralmente, desde que, neste último caso, seja preservado o interesse público.
- (C) Os serviços públicos podem ser prestados pelo Estado, direta ou indiretamente. Neste último caso, por meio de contrato de concessão ou permissão, o ente público delega o exercício à empresa do setor privado (sem vínculo com a Administração Pública), após o regular procedimento licitatório. Essa modalidade de prestação indireta é denominada prestação paraestatal.
- (D) A doutrina tradicional e a legislação nacional vigente sobre licitações e contratações do Estado, bem como a federal referente às concessões e às permissões de serviço público, são uníssonas em classificar as concessões e as permissões de serviços públicos como espécies de contrato administrativo. Nesse sentido, enquanto esta última legislação preocupa-se com a regulamentação específica da matéria para a União tão somente, aquela define as normas gerais aplicáveis, para todos os entes políticos, inclusive relativamente às concessões e às permissões de serviços públicos.
- (E) A prestação dos serviços públicos, na modalidade indireta, é fenômeno vigente no Brasil que, todavia, não inovou no referido modelo, senão seguiu grande influência internacional de desestatização, com a consequente despublicização dos referidos serviços.

QUESTÃO 34

Considerando os conceitos dos entes que compõem a administração indireta, assinale a alternativa correta.

- (A) Autarquia é uma pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica, para auxiliar a Administração Pública a executar atividades típicas.
- (B) Fundação Pública é uma pessoa jurídica de direito privado, criada por decreto do Presidente da República, constituindo a personificação jurídica de um patrimônio, para executar atividades típicas da Administração.
- (C) Empresas Públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas por decreto do Presidente da República, destinadas à prestação de serviços industriais ou atividades econômicas em que o Estado tenha interesse próprio.
- (D) Sociedade de Economia Mista é uma pessoa jurídica de direito público, autorizada para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujo capital pertence em sua maioria ao poder público.
- (E) Serviços Sociais Autônomos são pessoas jurídicas de direito público, para prestar serviços de interesse social ou de utilidade pública, não podendo arrecadar contribuições para fiscais.

QUESTÃO 35

Os defeitos dos negócios jurídicos se classificam em vícios de consentimento – que são aqueles em que a vontade não é expressa de maneira absolutamente livre –, e vícios sociais – em que a vontade manifestada não tem, na realidade, a intenção pura e de boa-fé que enuncia. Assinale a alternativa correta sobre o tema defeitos dos negócios jurídicos.

- (A) É de cinco anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico contado, no caso do erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão, do dia em que se realizou o negócio jurídico.
- (B) Não serão passíveis de anulação os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial, aqueles que poderiam ser percebido por pessoa de diligência normal.
- (C) O vício da coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente temor de dano iminente e considerável à sua pessoa ou à sua família, não havendo previsão legal para eventuais danos em desfavor de bens do paciente.
- (D) Prescreve o Código Civil que o simples temor reverencial se equipara ao vício de coação, ou seja, terá potência suficiente para anular o negócio jurídico.
- (E) O dolo do representante legal de uma das partes só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve. No caso de dolo perpetrado pelo representante convencional, o representado responderá solidariamente como ele por perdas e danos.

QUESTÃO 36

Assinale a alternativa **incorreta** sobre o tema negócio jurídico.

- (A) Condição é a cláusula que subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- (B) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- (C) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.
- (D) O silêncio não importa anuência mesmo quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- (E) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.

QUESTÃO 37

Os negócios jurídicos podem ser encarados e agrupados por classes, com diversidade de regimes legais segundo vários critérios. Em geral, consideram-se o número de declarantes, vantagens para as partes, momento de produção dos efeitos, modo de existência, formalidades a observar, número de atos necessários, modificações que podem produzir e modo de obtenção do resultado. Assinale a alternativa correta sobre o tema classificação dos negócios jurídicos.

- (A) Os negócios onerosos são aqueles que consistem em negócios em que ao benefício auferido experimenta um sacrifício correspondente, estes se subdividem em: comutativos e aleatórios. Nos primeiros, a prestação de uma das partes fica condicionada a um acontecimento exterior, não havendo um equilíbrio subjetivo, por exemplo, no contrato de compra de uma safra futura. Neste caso, o comprador pode assumir o risco de, naquele ano, a plantação não prosperar, não vindo a produzir absolutamente nada ou produzindo em quantidade inferior ao esperado.
- (B) Os negócios chamados bifrontes poderão ser onerosos ou gratuitos dependendo da intenção perseguida pelas partes contratantes, por exemplo, um contrato de depósito que é, em princípio, gratuito, embora nada obste seja convencionada pelas partes a remuneração do depositário. Porém, nem todos os contratos gratuitos podem ser convertidos em onerosos por convenção das partes.
- (C) Segundo a doutrina tradicional, negócio jurídico bilateral sinalagmático é aquele em que não existe reciprocidade de direitos e obrigações entre os pactuantes.
- (D) Quanto ao número de declarantes ou de manifestações de vontade necessária para o seu aperfeiçoamento, os negócios jurídicos podem ser classificados em principais e acessórios.
- (E) Levando-se em conta o momento da produção dos efeitos, os negócios jurídicos poderão ser classificados como intervivos aqueles que se destinam a produzir efeitos desde logo, ou seja, estando as partes ainda vivas, servindo de exemplos, a compra e venda, a locação e o codicilo. De outra banda, dá-se como exemplo de negócio chamado *mortis causa* a doação estipulada em pacto antenupcial para depois da morte do testador, o mandato e a permuta.

QUESTÃO 38

Assinale a alternativa correta sobre o tema direito obrigacional.

- (A) Nas obrigações ditas alternativas, a escolha caberá sempre ao devedor, mesmo que as partes determinem algo diferente em cláusula contratual.
- (B) Quanto ao adimplemento e à extinção das obrigações pelo pagamento, prescreve o Código Civil brasileiro que o terceiro interessado, que paga dívida em seu próprio nome, tem o direito a reembolsar o que pagou, subrogando-se, inclusive, nos direitos do credor.
- (C) Nas obrigações de dar coisa certa, esta será indicada, ao menos, pelo gênero e pela quantidade. Nestas, a escolha incumbirá ao devedor, se o contrário não resultar do título da obrigação. O Código Civil prescreve que o devedor não poderá dar coisa pior, mas também não estará obrigado a prestar a melhor coisa.
- (D) Havendo relações obrigacionais em que o devedor deve dar coisa certa, os seus melhoramentos e acréscidos pertencem ao devedor, pelos quais poderá exigir o aumento no preço. O devedor não poderá com este fundamento (melhoramentos na coisa) perquirir a resolução da obrigação pactuada
- (E) Em obrigação de dar coisa certa, quanto aos frutos, tanto os percebidos até a tradição quanto os pendentes ao tempo da entrega da coisa, serão pertencentes ao credor, sendo que ao devedor caberá a possibilidade de ressarcimento por eventuais perdas e danos.

QUESTÃO 39

Normalmente, participam do processo apenas duas partes, entretanto, há casos em que existem mais de um autor ou mais de um réu e, ainda, há casos de outras pessoas que ingressam no processo. Assinale a alternativa correta sobre o tema.

- (A) Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandado em nome próprio, deverá denunciar à lide o proprietário ou o possuidor.
- (B) É admissível o chamamento ao processo do devedor, na ação em que o fiador for réu e dos outros fiadores, quando para a ação for citado apenas um deles.
- (C) A assistência tem lugar em qualquer dos tipos de procedimento e somente no primeiro grau de jurisdição.
- (D) O juiz não poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, mesmo quando houver o comprometimento da rápida solução do litígio.
- (E) Se o nomeado à autoria reconhecer a qualidade que lhe é atribuída, o processo correrá contra ele e contra o nomeante ao mesmo tempo, como litisconsórcio necessário.

QUESTÃO 40

Assinale a alternativa que indica modalidade(s) de exclusão do crédito tributário.

- (A) O pagamento.
- (B) A isenção e a anistia.
- (C) A prescrição e a decadência.
- (D) O pagamento, a moratória e o parcelamento.
- (E) A compensação do crédito tributário.

QUESTÃO 41

Assinale a alternativa correta acerca do tema incompetência do juízo.

- (A) A competência em razão da matéria e da hierarquia são inderrogáveis por convenção das partes, enquanto a competência em razão do local poderá sempre ser modificada pela vontade das partes.
- (B) A nulidade da cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, deverá ser declarada de ofício pelo juiz.
- (C) Declarada a incompetência absoluta, todos os atos processuais praticados pelas partes e pelo juiz serão nulos.
- (D) Havendo conexão ou continência, o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pode ordenar a reunião de ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente.
- (E) A exceção de incompetência será apresentada em autos apartados e não suspenderá o trâmite do processo principal.

QUESTÃO 42

Assinale a alternativa correta sobre o tema ações cautelares.

- (A) A ação cautelar que vise atribuir efeito suspensivo a Recurso Especial deverá ser ajuizada perante o Superior Tribunal de Justiça, mesmo que o referido recurso ainda não tenha sofrido juízo de prelibação.
- (B) O arresto representa ação cautelar nominada, típica, ao passo que o sequestro é medida adotada apenas na execução contra a fazenda pública.
- (C) O princípio da fungibilidade é aplicado a todas as cautelares, sejam elas nominadas ou inominadas.
- (D) O juiz não poderá deferir a medida liminar em sede de ação cautelar sem ouvir o réu.
- (E) Caso seja designada audiência de justificação prévia, poderá o juiz determinar que seja ela realizada sem a presença do réu, quando verificar que ele, ao estar presente, poderá frustrar o cumprimento das medidas a serem contra ele determinadas pelo juízo.

QUESTÃO 43

Nos impostos sujeitos a lançamento por homologação, extingue-se o direito de a Fazenda Pública proceder ao lançamento, de ofício, da diferença apurada entre o valor devido e o efetivamente recolhido pelo contribuinte em cinco anos contados

- (A) da ocorrência do fato gerador.
- (B) do primeiro dia do exercício financeiro seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- (C) da data do recolhimento feito pelo contribuinte e que deverá ser complementado.
- (D) da data que ocorrer a apuração da diferença entre o valor devido e o valor recolhido.
- (E) da primeira notificação pelo órgão competente.

QUESTÃO 44

Assinale a alternativa correta acerca da sentença, da coisa julgada e dos recursos no âmbito do Processo Civil.

- (A) Segundo o CPC (Código de Processo Civil) sempre fará coisa julgada a apreciação de uma questão prejudicial decidida incidentalmente no processo.
- (B) Segundo a Lei nº 9.099/95, das sentenças proferidas nos juizados especiais sempre caberá recurso no prazo de dez dias que será julgado por magistrados, em exercício na segunda instância, reunidos na sede do Tribunal de Justiça a qual esteja vinculado. Excepcionalmente a lei possibilita a reunião dos julgadores na sede do próprio juizado.
- (C) Publicada a sentença, o juiz poderá alterá-la (no prazo máximo de dez dias) para corrigir, de ofício, eventuais preliminares suscitadas e as inexistências materiais.
- (D) Prescreve o CPC que a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros. Nas causas relativas ao estado da pessoa, se houverem sido citados no processo, em litisconsórcio necessário, todos os interessados, a sentença produz coisa julgada em relação a terceiros.
- (E) Os recursos não possuem natureza jurídica de ação, mas de remédio, apresentados no mesmo processo em que proferida a decisão atacada. Logo, sua interposição não resulta na formação de um novo processo. A doutrina é uníssona no sentido de que o mandado de segurança e a ação rescisória possuem natureza recursal, logo são considerados recursos numa acepção técnica e restrita.

QUESTÃO 45

A duplicata, regulamentada pela Lei nº 5.474/68, é um título de crédito emitido, facultativamente, pelo empresário com base em fatura representativa de compra e venda ou de prestação de serviços. Assinale a alternativa correta sobre o tema.

- (A) Por ser um saque representativo de um negócio preexistente, é possível a emissão de duplicata com base em contrato para entrega futura ou prestação futura de serviço.
- (B) A duplicata tem natureza não causal, pois independe do negócio jurídico subjacente. Sua emissão é permitida para a cobrança de mercadorias vendidas, ou de serviços prestados, podendo também ser emitida para cobrança de juros e correção monetária, cobrança de multa contratual, cota condominial, obrigações locatícias e inadimplementos de obrigações.
- (C) Para a emissão da duplicata basta haver contrato de compra e venda mercantil, não estando sua cobrança submetida à comprovação do aceite.
- (D) O crime de duplicata simulada admite a modalidade culposa, já que a boa-fé é excludente de ilicitude, e, uma vez não comprovado o dolo não há crime, já que, a tipificação da duplicata simulada só se concretiza com o efetivo prejuízo causado.
- (E) É crime tipificado pelo artigo 172 do Código Penal, emitir duplicata, fatura ou nota de venda que não traduza efetivamente compra e venda ou prestação de serviço. Igualmente, se pune com pena de detenção de 2 a 4 anos e multa, a falsificação ou adulteração da escrituração do livro de registros de duplicata.

QUESTÃO 46

A Constituição Federal não descurou de ordenar a ordem econômica e financeira. A atuação do Estado e da iniciativa privada é informada, dentre outros, com os princípios da função social da propriedade, da livre concorrência e da defesa do consumidor. Já, no que diz respeito à ordem financeira, a atividade instrumental do Estado para aplicação dos recursos públicos não foi olvidada pelo texto constitucional, trazendo, sobremaneira, limitações aos agentes públicos. Acerca de tal cenário, assinale a alternativa correta, considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

- (A) Entende o Supremo Tribunal Federal que, havendo Tratado/Convenção Internacional, estes, por força constitucional, sobrepoem-se ao Código de Defesa do Consumidor. Exemplo disso é a aplicação da Convenção de Varsóvia, em detrimento daquele Código, nas demandas que envolvem questões de passageiros aéreos.
- (B) Dentre as atribuições conferidas aos municípios, no âmbito do ordenamento urbano, é legítima, desde que devidamente fundamentada, ação no sentido de vedar a instalação de estabelecimentos comerciais de um mesmo ramo em determinada área.
- (C) A Lei Orçamentária Anual consiste nos orçamentos fiscais de todos os poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; de custeio e investimento das empresas estatais e da seguridade social abrangendo todas as entidades e os órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta.
- (D) Com o fito de cumprir preceito constitucional de apoio do Poder Público à cultura, não contraria a ordem financeira destinar percentual de arrecadação de determinado imposto a constituir fundo para assegurar a viabilização de recursos àquele fim, desde que tal destinação seja previamente regulada por lei específica.
- (E) Em face do exercício do poder regulamentar, é legítimo que, mediante decreto, um prefeito possa implantar um calendário escolar rotativo, considerando a economia da região, não ofendendo, pois a competência da União para legislar sobre as diretrizes e bases da Educação.

QUESTÃO 47

O Direito do Consumidor trata de direito de ordem pública e interesse social, o que implica a proteção judiciária do consumidor, ainda que *ex officio*, em qualquer tempo e grau jurisdicional. Assinale a alternativa **incorreta** acerca do tema.

- (A) Consumidor é a pessoa física ou jurídica que adquire produto ou utiliza serviço como destinatário final.
- (B) É aceito como consumidor, aquele que estiver exposto às práticas comerciais tais como publicidade, oferta, cláusulas dos contratos e práticas comerciais abusivas.
- (C) A bipartição da responsabilidade civil contratual e extracontratual contida no Código Civil, também é aceita pelo Código de Defesa do Consumidor quanto à responsabilidade do fornecedor.
- (D) Podem ser responsabilizados o fabricante, o produtor, o construtor e o importador, respondendo todos solidariamente e independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores.
- (E) O fornecedor poderá não ser responsabilizado quando comprovar que não colocou o produto no mercado; que embora haja colocado o produto no mercado o defeito inexiste e, que houve culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros.

QUESTÃO 48

Assinale a alternativa correta sobre o tema normas que regem o contrato individual de trabalho.

- (A) O contrato de trabalho por prazo determinado poderá ser estipulado por mais de dois anos desde que expressamente acordado entre as partes.
- (B) Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego.
- (C) O contrato de experiência poderá exceder de 90 dias somente em condições especiais.
- (D) As relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas, independentemente dos contratos coletivos e das decisões das autoridades competentes.
- (E) Para fins de contratação, o empregador poderá exigir do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a seis meses no mesmo tipo de atividade.

QUESTÃO 49

Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a

- (A) 18 horas semanais.
- (B) 20 horas semanais.
- (C) 22 horas semanais.
- (D) 25 horas semanais.
- (E) 30 horas semanais.

QUESTÃO 50

João das Medalhas (reclamante) propôs ação trabalhista em face de Indústrias Olímpicas (reclamada), solicitando horas extras que julgava ter direito. Decorre que, no dia da audiência, João das Medalhas deixou de comparecer, pois havia marcado uma partida de futebol no mesmo horário. Nesse caso hipotético, qual será a consequência processual?

- (A) Pagamento de multa e continuidade da ação.
- (B) Prosseguimento normal da ação.
- (C) Arquivamento da reclamação.
- (D) Prosseguimento da ação caso haja anuência do reclamado.
- (E) Suspensão do julgamento designando nova audiência.

QUESTÃO 51

Como bem é sabido, a prova testemunhal é a mais importante do processo do trabalho, tendo em vista o princípio da primazia da realidade sobre a forma, em que no confronto entre a verdade real e a verdade formal prevalecerá a verdade real. Nesse diapasão, assinale a alternativa que contenha, respectivamente, o número de testemunhas previstas, para cada uma das partes, para os procedimentos comum ordinário, sumaríssimo e inquérito.

- (A) 2, 3 e 6 testemunhas, respectivamente.
- (B) 3, 2 e 6 testemunhas, respectivamente.
- (C) 2, 3 e 4 testemunhas, respectivamente.
- (D) 3, 3 e 6 testemunhas, respectivamente.
- (E) 2, 4 e 5 testemunhas, respectivamente.

QUESTÃO 52

No âmbito da Justiça Laboral, o art. 6º da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970, estabelece o prazo para interpor e contra arrazoar qualquer recurso. No entanto, existem exceções. Nesse escopo, assinale a alternativa que contém, respectivamente, os prazos para opor embargos de declaração e interpor recurso extraordinário.

- (A) 10 dias e 15 dias, respectivamente.
- (B) 5 dias e 10 dias, respectivamente.
- (C) 10 dias e 12 dias, respectivamente.
- (D) 5 dias e 15 dias, respectivamente.
- (E) 5 dias e 12 dias, respectivamente.

QUESTÃO 53

Assinale a alternativa correta sobre o tema Processo de Multas Administrativas, previsto no Título VII da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

- (A) Os recursos devem ser interpostos no prazo de oito dias, contados do recebimento da notificação, perante a autoridade que houver imposto a multa.
- (B) O recurso só terá seguimento se o interessado o instruir com a prova do depósito da multa.
- (C) A notificação somente será realizada por meio de edital.
- (D) O recolhimento da multa deverá proceder dentro de dez dias às repartições federais competentes, que escriturarão a receita a crédito do Ministério do Trabalho e Previdência Social.
- (E) A multa será reduzida de 50% se o infrator, renunciando ao recurso, a recolher ao Tesouro Nacional dentro do prazo de cinco dias contados da publicação do edital.

QUESTÃO 54

Com o fito de preservar a atividade produtiva, maximizar o ativo sobre o qual incidem as pretensões dos credores e prevenir a falência, a lei brasileira oferece a recuperação judicial e a extrajudicial das empresas. Assim, com fundamento na Lei nº 11.101/2005, assinale a alternativa correta.

- (A) É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência e o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.
- (B) Estão sujeitas à recuperação judicial e extrajudicial as instituições financeiras públicas ou privadas, as cooperativas de crédito, os consórcios, as sociedades seguradoras e outras entidades legalmente equiparadas às anteriores, desde que apresentem plano de recuperação capaz de prevenir a falência.
- (C) A Lei nº 11.101/2005 disciplina a recuperação judicial e extrajudicial, a falência do empresário e da sociedade empresária, a sociedade de economia mista e a empresa pública.
- (D) A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário, pelo prazo de 180 dias contados do deferimento do processamento da recuperação, prorrogáveis por igual período.
- (E) As ações que venham a ser propostas contra devedor deverão ser comunicadas ao juiz da falência em até 15 dias, acompanhadas de Boletim de Ocorrência policial registrado em delegacia próxima a sede da empresa.

QUESTÃO 55

Assinale a alternativa correta acerca da recuperação judicial do devedor.

- (A) O devedor que há menos de cinco anos tenha obtido recuperação judicial está legalmente apto a pleitear nova falência, desde que nos termos da LRE, mediante aprovação da assembleia de credores, sob pena de inviabilizar a recuperação da empresa.
- (B) Não estão sujeitos à recuperação judicial, os créditos vincendos existentes na data do pedido de recuperação.
- (C) Para que o plano de recuperação seja homologado, basta que o devedor pleiteie a exposição da situação patrimonial da empresa e o plano de recuperação devidamente aprovado pela assembleia de credores.
- (D) Após a distribuição do pedido de homologação, os credores signatários poderão, no prazo de 30 dias, desistir da adesão ao plano, independentemente da anuência expressa dos demais signatários.
- (E) A falta de inscrição no registro competente; falta de registro há mais de dois anos; falência sem extinção das obrigações; recuperação judicial anterior há menos de cinco anos e condenação por crimes previstos na LRE, impedem a recuperação judicial do devedor.

QUESTÃO 56

A Ação de Recuperação Judicial tem por meta sanear a situação gerada pela crise econômico-financeira da empresa devedora. Nela, o devedor postula um tratamento especial, justificável para remover a crise da qual padece sua empresa. Assim, acerca do deferimento da Recuperação Judicial, assinale a alternativa correta.

- (A) Da decisão que decretar a falência cabe agravo, e da sentença que julga a improcedência do pedido cabe apelação.
- (B) A apresentação da escrituração contábil é facultativa no pedido de recuperação judicial, podendo ser apresentada posteriormente, no curso do processo, mediante determinação judicial.
- (C) A sentença que decretar a falência do devedor, dentre outras determinações, ordenará ao falido que apresente, no prazo máximo de 15 dias, a relação nominal dos credores, indicando endereço, importância, natureza e classificação dos respectivos créditos, se esta já não se encontrar nos autos, sob pena de desobediência.
- (D) Será decretada a falência do devedor que tiver a cessação das atividades empresariais há mais de dois anos antes do pedido de falência, comprovada por documento hábil do Registro Público de Empresas, o qual não prevalecerá contra prova de exercício posterior ao ato do registro.
- (E) Somente ao devedor em crise econômica é permitido o pedido de falência, caso julgue não atender aos requisitos para pleitear sua recuperação judicial, momento em que deverá expor as razões da impossibilidade de prosseguimento da atividade empresarial.

QUESTÃO 57

Na esteira de suas congêneres modernas, a Constituição Federal de 1988 dispensou especial atenção ao meio ambiente, determinando um capítulo específico para sua proteção e preservação, estabelecendo ainda diversas outras normas no texto constitucional acerca desse tema. A conservação do meio ambiente e a realização de um desenvolvimento sustentável são imprescindíveis à sadia qualidade de vida e à própria preservação do planeta e da raça humana. Em razão disso, fez-se necessária uma tutela penal com este propósito, a Lei nº 9.605 de 1998 – Lei do Meio Ambiente – impôs medidas administrativas e penais às condutas consideradas lesivas ao meio ambiente. Sobre os crimes ambientais e suas consequências, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Prescreve o art. 4º da Lei do Meio Ambiente: “poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que a sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente”. Sobre este dispositivo, a doutrina, em especial alguns penalistas, considera que a desconsideração da pessoa jurídica, já presente em outros diplomas legais, é instituto relacionado à responsabilidade civil, não tendo qualquer relação com os crimes ambientais, destarte, trata-se de instituto inaplicável no âmbito criminal, tendo em vista o princípio da intranscendência da pena previsto na Constituição Federal brasileira. Existe posicionamento doutrinário em sentido contrário.
- (B) A Lei do Meio Ambiente, com o escopo de também tutelar o meio ambiente artificial e cultural, estabeleceu como conduta criminosa (art. 62, II) a conduta de destruir, inutilizar ou deteriorar arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial. O crime de dano previsto no referido dispositivo admitirá punição na forma culposa, assim, se uma pessoa imprudentemente, no interior de uma pinacoteca que esteja tutelada da forma acima referida, danificar um quadro especialmente protegido, responderá pela prática do delito.
- (C) A Lei do Meio Ambiente (art. 29) prescreve como crime a seguinte conduta: “matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécies da fauna silvestre, nativas ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida”. A referida lei estabelece que, no caso de guarda doméstica de espécie silvestre não considerada ameaçada de extinção, poderá o magistrado, considerando as circunstâncias do caso, aplicar pena pecuniária. Neste caso, não poderá o juiz abrir mão de aplicar uma pena de caráter penal e não haverá a concessão do benefício do perdão judicial. De outra banda, se o animal silvestre tido em guarda doméstica estiver na relação das espécies ameaçadas de extinção a pena do crime será aumentada de metade.
- (D) O artigo 32 da Lei do Meio Ambiente considera criminosa a conduta de praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos. Prevê a referida lei que, se em razão de uma das condutas acima ocorrer a morte do animal a pena é aumentada de um 1/6 a 1/3.
- (E) A Lei nº 9.605/98 estabeleceu como típica (criminosa), a conduta de comercializar motosserra sem a devida licença ou registro da autoridade competente. Por óbvio, a referida proibição não atingirá o comércio de serras consideradas manuais.

QUESTÃO 58

Segundo a Constituição Federal (art. 225), todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo. Para que este mandamento tenha eficácia, faz-se necessária a obediência a princípios ambientais e também a criação de tipos penais visando à tutela do Meio Ambiente. Sobre os princípios e os tipos penais, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da informação está consagrado na Declaração do Rio de 1992 – chamada de ECO 92 – que estabeleceu “no nível nacional, cada indivíduo deve ter acesso adequado a informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações sobre materiais e atividades perigosas em suas comunidades”. A respeito do referido princípio, como regra, as informações ambientais recebidas pelos órgãos públicos devem ser transmitidas à sociedade civil, exceto alguns casos.
- (B) A ação penal que trata dos crimes ambientais é, em regra, pública condicionada à representação do ofendido - art. 26, Lei nº 9.605/98.
- (C) Segundo a lei do Meio Ambiente - Lei nº 9.605/98 – poderá ser aplicada pena à pessoa jurídica (restritiva de direitos) de proibição de contratar com o Poder Público e de obter subsídios, subvenções ou doações. Tal sanção não poderá exceder o prazo de cinco anos.
- (D) Pacífico na doutrina que o princípio do poluidor-pagador se inspira na chamada teoria econômica e traz como premissas as expressões: “pagar para poder poluir” e “poluir mediante pagamento”.
- (E) O princípio do desenvolvimento sustentável surgiu inicialmente na Conferência Mundial de Meio Ambiente, realizada em 1972 (em Estocolmo) e foi repetido em outras conferências internacionais sobre o Meio Ambiente, porém, não foi objeto de debate na Declaração do Rio de 1992 (ECO-92), uma vez que, naquele ano existiam outros temas de maior preocupação no cenário mundial.

QUESTÃO 59

De acordo com as condutas e atividades norteadas pelo Princípio da Responsabilidade, o poluidor, seja ele pessoa física ou jurídica, responde por suas ações ou omissões em prejuízo do meio ambiente, ficando sujeito a sanções cíveis, penais ou administrativas. Logo, a responsabilidade por danos ambientais é objetiva, conforme prevê o § 3º do Art. 225 da Constituição Federal. Assinale a alternativa correta sobre o tema.

- (A) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentes da obrigação de reparar os danos causados.
- (B) Consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, ao pagamento de pecúnia.
- (C) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções da lei penal.
- (D) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções administrativas.
- (E) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções para reparação dos danos causados.

QUESTÃO 60

A Administração Pública exige, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade. De acordo com o art. 1º da Resolução nº 1/86 do CONAMA, assinale a alternativa que conceitua corretamente impacto ambiental.

- (A) Qualquer alteração física, química e biológica ao ser humano, causadas por qualquer forma de bactéria resultante das atividades automatizadas, que diretamente afetem a saúde e o bem-estar da população e a qualidade dos recursos ambientais.
- (B) Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causadas por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, que direta ou indiretamente afetem: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais.
- (C) Resulta em qualquer das condições estéticas e sanitárias do meio ambiente.
- (D) Resultam na saúde, na segurança e no bem-estar da população.
- (E) Variação da qualidade dos recursos ambientais, medida de acordo com os sistemas internacionais de aferição do bem-estar da população e desenvolvimento da interação da sociedade com o meio ambiente.

QUESTÕES DISCURSIVAS

Orientações para a elaboração da prova discursiva.

- A prova discursiva consiste de 4 (quatro) questões.
- A resposta dada pelo candidato deverá ter extensão mínima de 10 (dez) linhas e máxima de 15 (quinze) linhas, para cada questão.
- O candidato receberá nota zero na pontuação definida para cada questão discursiva em casos de fuga ao tema, de haver texto com quantidade inferior a 10 (dez) linhas, de não haver texto ou de identificação em local indevido.
- O **caderno de respostas** da prova discursiva é o único documento válido para avaliação dos textos. O espaço para rascunho é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

QUESTÃO DISCURSIVA 1 _____

Tema: Direito do Trabalho

Na situação hipotética em que o empregado João dos Remédios da Indústria Faz de Conta, foi nomeado chefe de delegacia sindical no interior do Estado de São Paulo, em consonância com o parágrafo 2º, do art. 517 da CLT (Consolidação da Legislação Trabalhista). Pergunta-se: ele possui estabilidade no emprego? Fundamente a sua resposta.

QUESTÃO DISCURSIVA 2 _____

Tema: Direito Civil

Pode o credor se recusar a receber o pagamento quando oferecido por pessoa estranha ao vínculo contratual? Dê justificativa jurídica à sua resposta, com base no Código Civil Brasileiro (NCC).

QUESTÃO DISCURSIVA 3 _____

Tema: Direito Ambiental

Embora não exista um consenso absoluto sobre quais são os princípios jurídicos estruturantes do Direito Ambiental, a grande maioria dos estudiosos dessa área destaca os seguintes:

- Princípio da precaução,
- Princípio do desenvolvimento sustentável,
- Princípio do poluidor-pagador.

Apresente os núcleos conceituais, a ideia central ou essencial de cada um desses princípios e exemplifique como um desses princípios foi incorporado em dispositivo(s) da Constituição Federal.

QUESTÃO DISCURSIVA 4 _____

Tema: Direito Processual Civil

Em uma ação movida contra dois réus, em que existe litisconsórcio unitário, se um deles confessar, enquanto o outro controverter a veracidade dos fatos, o ato da confissão praticado por um dos litisconsortes será válido e eficaz em desfavor do outro? Justifique sua resposta apontando fundamentos jurídicos, com base no Código de Processo Civil Brasileiro (CPC).

ESPAÇO PARA RASCUNHO

1	
5	
10	
15	

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	

RASCUNHO

ESPAÇO PARA RASCUNHO

1	
5	
10	
15	

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	

RASCUNHO